

# GÊNERO E VIOLÊNCIA EM CONTEXTO

## ENTREVISTA COM RAQUEL WIGGERS

### GENDER AND VIOLENCE IN CONTEXT

Marla E. Almeida Reis<sup>1</sup>



Raquel Wiggers é uma pesquisadora com vasta experiência nos estudos de gênero e violência. Possui graduação em Ciências Sociais e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atualmente é professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Essa entrevista foi realizada em 2019 em Manaus (AM) e tem por objetivo narrar, a partir da trajetória da Raquel Wiggers, os processos de constituição dos estudos de gênero no Brasil e em especial no Amazonas, e suas reflexões sobre gênero, violência e parentesco.

---

<sup>1</sup> Possui Graduação em Antropologia na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), onde atualmente cursa doutorado. Desenvolve pesquisas na área de gênero, trabalho, violência e sociabilidade.

### **Como os estudos de gênero aparecem em seu percurso acadêmico? Como foi esse passo inicial?**

**Raquel:** Eu comecei a trabalhar com gênero sob orientação da Miriam Grossi, como aluna de iniciação científica, em 1995. O nome do projeto era “A violência contra a mulher analisada através do discurso da mídia”. Eu também desenvolvi outros trabalhos sob sua orientação que tinham como foco as relações de gênero como “Morar junto: a busca do casamento moderno” e “Existe uma Antropologia da Violência?”. Todos os projetos foram financiados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ). Nós fizemos parte das primeiras edições do “fazendo gênero” quando o evento era pequeno e dependia da mão de obra dos alunos e de voluntários.

O projeto ao qual eu estava vinculada fazia parte de uma cooperação entre a Universidade de Brasília (UNB) e a UFSC. Nele estava envolvido um grande corpo de pesquisadores. O meu plano de trabalho consistia em catalogar as violências contra mulher que estavam publicadas em jornais para identificar a tipologias das notícias.

Iniciamos por volta de 1996 os estudos de gênero enquanto categoria no Brasil. Digo isso porque, até o final da década de 80 e começo de 90, existia uma ênfase muito forte nos estudos da mulher, a categoria utilizada na época era “mulher”. Uma obra marcante desse período foi a coleção *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, publicada em 1985, que aprofundava reflexões sobre a mulher em diversos contextos. O quarto livro dessa coletânea era intitulado *Sobre Mulher e violência*.

Esses estudos que analisavam as relações de violência contra a mulher faziam muito sentido nos encontros das lutas feministas e dos movimentos de mulheres nos anos 1970, pois se tratava de uma época marcada por crimes que hoje denominamos de feminicídio, que tinham como justificativa para a não punição do assassino o argumento da “legítima defesa da honra”.

Nesses casos, o agressor e parceiro assassinava a mulher e mesmo assim era absolvido do crime, pois o cometeu para resguardar a sua honra ou de sua família, e isso era socialmente e legalmente aceito. Por conta desses movimentos que buscavam o fim dos crimes de legítima defesa da honra se intensificou uma produção acadêmica no final dos anos 1970 e nos anos 80 com a temática “mulheres e violências”.

Nos anos 1990 e início dos anos 2000, essa ênfase se descola dos estudos de *mulheres* para o estudo de *gênero*. Os estudos sobre gênero não se atinham exclusivamente às questões puramente femininas, mas analisavam as relações sociais entre homens e mulheres, mulheres e mulheres; e homens e homens. Então, eu cheguei a acompanhar esse movimento histórico e a partir da década de 90, eu comecei os estudos de gênero juntamente quando eles estavam “pegando força” aqui no Brasil.

### **Como a senhora passou a trabalhar com violência e parentesco associados a temática de gênero?**

**Raquel:** Iniciei as minhas pesquisas com gênero em 1995, com a temática de violência contra a mulher. Nesse momento tive a oportunidade de desenvolver pesquisas na delegacia da mulher, acompanhar processos penais, analisar material jornalístico e realizei uma pesquisa encomendada para a professora Heleieth Saffioti, um dos grandes nomes das teorias de gênero.

Ainda na graduação, em 1996, trabalhei com o professor Theóphilos Rifiotis nos projetos “Violência doméstica: filhos contra pais no Tribunal de Florianópolis” e “Confecção do mapa de violência do Estado de Santa Catarina, um trabalho conjunto com a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa e do Laboratório de Estudos das Violências”. Ambos os projetos também foram financiados pelo CNPQ.

Eu decidi escrever o meu trabalho de conclusão de curso sobre os crimes de parricídio, que consistem no assassinato do pai pelo filho. Essa pesquisa me fez perceber que, embora eu não estivesse falando sobre mulheres, eu ainda estava falando sobre relações de gênero, e também foi a partir daí que comecei utilizar as teorias de parentesco como recurso de análise para situações de violência de gênero.

Percebi nessa pesquisa que a família é fundamental em situações de violência intrafamiliar que vão para a decisão judicial. Se, durante o processo penal, a família condenar o réu pelo crime, então a tendência do judiciário é de, também, condená-lo. No entanto, se a decisão da família for de absorver o réu, mostrando no tribunal que o apoia, que ele teve razões para cometer o crime e que será aceito novamente no corpo familiar, então o judiciário, também, tende a absorvê-lo ou a dar uma pena mais curta. A família enquanto instituição demonstrou ter peso nas decisões judiciais e a bibliografia dos estudos de família também apontam para isso.

Nesse período, comecei a perceber a importância da família na resolução de conflitos. Eu tinha por objetivo analisar violência contra a mulher e formas de resolução. A experiência que tive em decorrência dos projetos anteriores me fez perceber que o judiciário tem a tendência de colocar a vítima no lugar da vítima e o agressor no lugar de agressor, como se existisse um único eixo possível para analisar a violência contra a mulher. Este seria o eixo vítima-agressor, aonde a vítima é sempre uma mulher e o agressor é sempre um homem. Tendo por base esse cenário, surge o trabalho da Maria Filomena Gregori, com a sua tese *Cenas e Queixas* que abordava a questão de gênero e violência contra mulher sob novas perspectivas. Ao analisar um local de acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica e violência de gênero, Gregori observa que nessas situações de conflito, em que a mulher sofre agressão, existe um jogo em que essa vítima nem sempre é só a vítima.

É preciso ratificar que, nesse jogo, há um claro desequilíbrio de forças que culmina em uma violência física desproporcional para a mulher. A reflexão de Gregori é interessante porque mostra que a violência é exercida de formas diferentes e, nesse contexto, aquela que se torna vítima, no fim do caso, também é um sujeito e que, às vezes, exerce agressões, tensões ou violências contra seu oponente. Trata-se de ampliar o cenário para um contexto em que os conflitos entre o casal se manifestam e que, geralmente, extrapolam o tradicional eixo mulher-vítima e homem-agressor, fornecendo assim mais elementos para a análise da violência contra a mulher.

Pensar sempre em vítima e agressor não ajudava muito nas explicações sobre violência doméstica e não fazia avançar as políticas sociais para minimizar esse problema. Quando se cristaliza que homens são agressores e mulheres são vítimas, o pesquisador perde todos as nuances do que acontece de fato. Então não se tem um quadro que expressa a realidade social e isso mais prejudica que ajuda a análise e o combate desse tipo de violência.

Eu achei essa perspectiva bem plausível e tentei aplicá-la durante o mestrado, ao realizar trabalho de campo em uma comunidade em Florianópolis. O objetivo central, naquele momento, era olhar as mulheres agressoras, analisando as agressões que as mulheres faziam contra outras pessoas, para pensá-las enquanto agentes e não só como vítimas da violência. E assim conseguir trazer elementos para compreender essas relações conflituosas e sair da ambiguidade vítima e agressor.

Fui encaminhada por conselheiros tutelares e contatos da delegacia para uma comunidade periférica de Florianópolis. Afirmava-se que aquele local era o maior produtor de *meninos de rua*, categoria

muito usada na época. Eram crianças que viviam em situação de rua e que haviam perdido quase todo o contato com as suas famílias de origem. Além disso, frequentemente se referiam a comunidade como violenta, com relações familiares desestruturadas e todo esse discurso que se faz sobre os pobres.

O trabalho de campo ocorreu cinco dias na semana durante um ano nessa comunidade. Eu realizava observação participante de modo a perceber os conflitos domésticos que existiam nas famílias que moravam na comunidade Chico Mendes. Nessa época, tive muita ajuda de pessoas que trabalhavam em uma ONG local chamada Tecendo Vidas. Eles me ajudaram a entrar nas casas das pessoas e a estabelecer as primeiras negociações com elas.

Ao observar a realidade, ou seja, ver, na prática, o que acontecia, percebi que a resolução dos conflitos nem sempre se dava de forma pacífica e democrática. Pelo contrário, às vezes as famílias – pessoas que moram na mesma casa – utilizavam das agressões físicas para resolver os seus conflitos. Daí tinha início a uma cena pública, que pode ser melhor explicada através de um exemplo. Houve um caso em que a mulher começou a brigar com o marido e dizer que não tinha comida em casa há uma semana. Ela gritava bastante lembrando-o de que era ela quem provinha a comida da família através da mendicância nas casas e nas igrejas próximas. O salário do seu marido servia exclusivamente para pagar as parcelas de um carro que estava no pátio do Detran, embora nenhum dos dois soubesse dirigir. Então ela faz uma cena pública, uma grande briga onde ela bate nele, na irmã e na mãe dele, grita e chama toda a família para resolver a situação. A mãe do rapaz chorava e alegava que ele era um bom homem e que iria trazer comida para dentro de casa. A motivação da mulher, ao iniciar a briga foi, segundo ela mesma, garantir que o seu esposo, ao terminar de pagar a última parcela do carro voltasse a arcar com as despesas de casa, para que não tivesse dinheiro disponível para formar uma outra família.

A função social dos parentes nessa cena foi tão importante que, como a esposa não possuía parentes, ela foi até a delegacia da cidade prestar uma queixa de que estava sendo ameaçada pelo marido e que se ela porventura desaparecesse, ou se alguma coisa acontecesse, ele seria o culpado. Essa queixa era um respaldo de que alguém lhe defenderia, uma vez que ela não tinha parentes próximos. Nesse sentido, a delegacia exercia o papel da família dela na cena pública. Ela estava acionando a delegacia e o poder jurídico como se aciona os parentes em casos de violência intrafamiliar.

Durante a briga desse casal, que exemplifica inúmeros outros casos, os parentes possuem manifestações específicas, que variam de acordo com o grau de parentesco, idade e gênero. A irmã possui um papel, o irmão possui outro papel e assim por diante. No caso descrito, o casal voltou a morar junto e ele começou a prover comida para a casa.

Ao analisar essa briga, essa violência enquanto uma cena, situando os atores em seus papéis de parentesco e observando quem pode fazer o quê para a resolução do conflito, incluindo agressões físicas e verbais, pode-se perceber todas as relações sociais que se desenrolam naquele cenário e ajudar a relativizar o eixo vítima-agressor, além de expressar normas sociais e motivações que antes estavam implícitas. O eixo vítima-agressor funciona em uma matriz explicativa da polícia e do Judiciário, mas ele não funciona na realidade das pessoas, aonde os conflitos entre o casal são levados para a parentela e para os vizinhos e a resolução desses conflitos pode ter apoio desses atores.

### **Como foi a sua experiência com os estudos de gênero no Amazonas? Como se deu este processo?**

**Raquel:** Quando cheguei ao Amazonas, há 13 anos, eu não tinha a intenção de pesquisar relações de gênero e violência. Embora seja um tema pertinente, ele é bastante pesado e causa imenso desgaste emocio-

nal. Dessa forma, me propus a fazer pesquisas sobre mundo rural, que foi o tema de minha pesquisa de doutorado. E durante os primeiros anos no Amazonas, de 2006 até 2012, realizei pesquisas em comunidades rurais de vários lugares da Amazônia... Rondônia e Acre.

No entanto, como pesquisei por muitos anos violências de gênero, eu acabei me tornando sensível à temática. De forma que, mesmo no ambiente rural, eu acabei me deparando com situações de abusos, incesto, violência doméstica e diversos outros tipos de violência contra mulheres e crianças. Assim, passei a pesquisar também relações de gênero e violência na Amazônia.

Em 2010 recebi um convite por parte de psicólogas do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para dar uma consultoria antropológica sobre questões interétnicas, abuso sexual e também sobre casamento com menores de 14 anos, que, embora seja considerado estupro de vulnerável pela lei, ainda é uma prática socialmente aceita em alguns grupos. Foi uma experiência muito rica de mais ou menos 8 anos de trabalho com o CREAS. Por todo esse tempo eu mantive alunos me acompanhando em projetos no CREAS, seja em extensão, pesquisa ou assessoria. Como resultado disso orientei diversos trabalhos: 3 trabalhos de trabalho de conclusão de curso, 4 relatórios de iniciação científica, 1 tese de doutorado e 1 dissertação de mestrado com temas relativos a abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Foram produzidos também um livro sobre abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e três cartilhas com objetivo de elucidar os conceitos básicos sobre o tema, afim de preparar profissionais que fossem lidar com tais questões.

No Amazonas, eu trabalhei por 10 anos em parceria com movimentos de defesa de direitos da criança e do adolescente. Em alguns momentos o nosso trabalho é mais bem aceito e em outros momentos políticos o nosso trabalho não é tão bem aceito. Agora nós estamos em tempos ruins, em que o nosso trabalho não é bem aceito na rede de proteção. Um tempo em que falar de gênero é problemático, principalmente por causa da má interpretação que se dá à “ideologia de gênero” por grupos religiosos envolvidos nas instâncias do Estado. Além disso, temos atualmente a incorporação nos cargos políticos do Estado de pessoas que antes lutavam pelos direitos das crianças e adolescentes. Mas que ao se tornarem quadros do Estado ficaram sujeitos às decisões oficiais e perderam a capacidade de fazer uma crítica a esse Estado.

Apesar de tempos sombrios na política, considero que é fundamental nós da Universidade atuarmos na sociedade, combatendo todo tipo de violência contra mulheres e crianças, e para isso é essencial que produzamos pesquisas, análises de casos, conceitos e material que dê subsídio para as diversas atuações profissionais sobre o tema. Sinto que nesses 13 anos de atuação, através de assessorias, cursos, palestras e produção científica sobre gênero e violência contra mulheres e crianças contribuí para a propagação do conhecimento acerca de gênero e violência no Amazonas.

### **Quais os desafios de ser mulher dentro da academia pesquisando gênero?**

**Raquel:** Tem sido comum violência dentro das universidades brasileiras e a Universidade Federal do Amazonas está incluída nisso. Por eu ter um núcleo de estudos de gênero e violência muitas são as pessoas que vêm denunciar assédios e estupros ocorridos dentro do campus, perpetrados por colegas ou professores. Nesse contexto, a UFAM tem seguido a tendência nacional, que é ignorar e não dar visibilidade a tais casos, muito embora existam grupos, núcleos, disciplinas e professores discutindo assuntos de gênero e violência.

Ao olhar para trás eu percebo todos os avanços que foram feitos dentro e fora da academia no que concerne aos estudos de gênero. Mas eu não posso deixar de ficar desanimada por todo o chão que ainda precisamos percorrer para conseguir uma sociedade mais consciente das desigualdades nas relações de gênero, das violências que mulheres e crianças sofrem.

Fico imensamente feliz por ver que mesmo em tempos políticos tão difíceis tem se levantado uma geração de alunos de graduação e pós-graduação dispostos a refletir as múltiplas relações de gênero na sociedade brasileira e sobretudo a transformar de forma positiva a sociedade.

## Principais produções bibliográficas de Raquel Wiggers

WIGGERS, R.. “Casa, família e pertencimento: a construção da pessoa em uma localidade no sul do Brasil”. In: *Temáticas*. Campinas: UNICAMP, v. 1, 2013. pp. 151-173.

HONORATO, I. B.; WIGGERS, R.. “De 180 a Santo Antônio do Matupi: Luta pela Emancipação Política de uma Vila no Sul do Amazonas”. In: *Ponto.Urbe*. São Paulo: USP, v. 13, 2013. pp. 01-07.

D. AMOEDO; I. ANDRADE; L. ARRUDA; M. JARDIM; P. CARVALHO; WIGGERS, RAQUEL; R. BULAMAH. “De parentes, vizinhos e amigos: uma conversa com João de Pina-Cabral. In: *Temáticas*. Campinas: UNICAMP, v. 2, 2013. pp. 200-228.

WIGGERS, R.. “Processo de desenvolvimento local e a preservação ambiental de uma localidade no sul do Brasil”. In: *Ruris*. Campinas: UNICAMP, v. 1, 2007. pp. 99-122.

WIGGERS, R.; BONETTI. “Antropologia e violências: notas para uma reflexão acerca do fenômeno da pluralidade da violência”. In: *Texto & Contexto*. Florianópolis: UFSC, v. 8, n. 2, 1999. pp. 483-488.

WIGGERS, R.; LIMA, N. S. (org.). *Abuso e Exploração Sexual: notas para um debate multidisciplinar*. Manaus: Valer, 2014.

WIGGERS, R.; RATIER, Hugo; Rodrigues, C. M. C.; BRAGA, C. M. H.; GERBER, R. M.; REGALES, E. L.; FIGURELLI, M. F.; ROMERO, C.; PEN, C.; ARTEAGA, F.; OLIVEIRA, F.R.C.; NEVES, D. P.; GARCIA, A. M.. *Comunidades Rurais: organização, associações e lideranças*. Manaus: EDUA, 2012.

FIGUEIREDO, A. M. F.; WIGGERS, R.. “Pensar a Amazônia: reinado de incerteza como possibilidade do novo”. In: BARBOSA, Waldir Albuquerque; FREITAS, Marilene Corrêa da Silva; SOARES, Artemis de Araújo (org.). *Interdisciplinaridade, complexidade e produção do conhecimento*. Curitiba: CRV, 2016. pp. 61-78.

WIGGERS, R.; LIMA, N. S.; HONORATO, I. B.. “Masculinidades y relaciones de poder en los casos de abuso sexual de niños y adolescentes en el Amazonas – Brasil”. In: RÍOS, José Carlos Cervantes; JIMÉNEZ, Esperanza Vargas; CASTAÑEDA, Rememberto Castro (org.). *Obstáculos y Retos en la transformación de las masculinidades*. México: Prometeo Editores, 2014. pp. 117-127.

WIGGERS, R.. “Violências domésticas e sexuais e democracia”. In: WIGGERS, Raquel; LIMA, Natã Souza (org.). *Abuso e Exploração Sexual: notas para um debate multidisciplinar*. Manaus: Valer, 2014. pp. 51-64.

WIGGERS, R.; LEITAO, C.; LIMA, N. S.; HONORATO, I. B.. “Programa Observatório da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes em Manaus”. In: WIGGERS, Raquel; LIMA, Natã Souza (org.). *Abuso e Exploração sexual: notas para um debate multidisciplinar*. Manaus: Valer, 2014. pp. 221-231.

WIGGERS, R.; DE CARLI, Diana Wiggers; LIMA, N. S.. “Entre a vida vivida e a literatura: violências sexuais e sentimentos indizíveis”. In: WIGGERS, Raquel; LIMA, Natã Souza (org.). *Abuso e Exploração sexual: notas para um debate multidisciplinar*. Manaus: Valer, 2014. pp. 145-150.

WIGGERS, R.. “Programa Bolsa Floresta: comunidades rurais em unidades de conservação ambiental no Amazonas. In: WIGGERS, R; RATIER, H; RODRIGUES, C. M. C. (org.). *Comunidades Rurais: organização, associações e lideranças*. Manaus: EDUA, 2012. pp. 23-43.

WIGGERS, R.; RUFINO, M. . “Fronteras identitarias: una visita a dos autores bresileños”. In: JUNCOSA, JOSÉ E. (org.). *Etnografías y actorías sociales en América Latina*. Quito: Editorial Universitária Abya-Yala, 2010. pp. 277-295.

ALMEIDA, A. W. B.; SANTOS. G. M; BRUNO. A. C.; MONTARDO, D. L. O; GARNELO, L.; DIAS, C.; CARVALHO, A. D; BASINI, J. E.; MATOS, M. H. O.; SILVA, S.; RUFINO, M.; WIGGERS, R.. “Sou daqui da Caieira da Barra do Sul: pertença, parentesco e lugares praticados”. In: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFAM (org.). *Amazônia e outros temas*. Manaus: EDUA, 2010. pp. 301-312.

**Recebido em 12.10.2019**

**Aprovado em 23.10.2019**

